

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.401 - RJ (2019/0036251-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **EVANDILSON PONCIANO DE OLIVEIRA**
AGRAVANTE : **ESDINEI NASCIMENTO DE OLIVEIRA**
AGRAVADO : **EVANDILEA NASCIMENTO DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação da Súmula n. 7 do STJ.

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 164):

APELAÇÃO CÍVEL. COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUEIS MOVIDA EM FACE DE CO-HERDEIROS QUE OCUPAM O IMÓVEL INVENTARIADO DE FORMA EXCLUSIVA.

1) Matéria não afeta à competência absoluta da Vara de Órfãos e Sucessões, porquanto envolve a produção de outras provas, que não as documentais e, por isso, deve ser encaminhada às vias ordinárias. Artigo 984 do CPC/1973 e 612 do CPC/2015.

2) Reconhecimento da presença do interesse de agir com base no mesmo fundamento, uma vez que se a demandante está impossibilitada de discutir o assunto no juízo orfanológico, há se de possibilitar a ela outra via, no caso, a ordinária.

3) Princípio da inafastabilidade de jurisdição (artigo 5º, inciso XXXV, CF).

4) Provimento do recurso para determinar que o feito tenha prosseguimento.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 184/186).

O recurso especial (e-STJ fls. 195/203), fundamentado no art. 105, inc. III, alínea "a", da CF, apontou ofensa aos seguintes dispositivos legais, sob as respectivas teses:

(i) art. 1.022, II, do CPC/2015, afirmando que "restou omissa a v. Acórdão recorrido, uma vez que negou provimento aos Embargos Declaratórios, sem se pronunciar acerca da negativa de vigência ao artigo 612 do CPC no presente caso" (e-STJ fl. 200), e

(ii) art. 612 do CPC/2015, argumentando que, "quando se trata de ação de arbitramento de aluguel, a jurisprudência pátria é firme no sentido de que falta interesse de agir no ajuizamento de ação autônoma de cobrança, pois, tramitando Inventário no Juízo de Orfãos e Sucessões, é lá que seus bens deverão ser partilhados" (e-STJ fl. 201).

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 207/215).

O agravo (e-STJ fls. 226/233) refuta os fundamentos da decisão agravada e alega o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Não foi apresentada contraminuta (e-STJ fl. 240).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida de forma fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Com efeito, decidiu a Corte local que, "inobstante a

questão em exame (fixação de aluguel a ser pago por co-herdeiro que utiliza o imóvel de forma exclusiva) envolva imóvel submetido a inventário perante a serventia orfanológica, demanda produção de prova. Note-se que, no caso, foi necessária a realização de prova pericial para o fim de se chegar ao valor a ser eventualmente pago, o que é suficiente para que o fato se insira na exceção prevista pelo artigo 984 do CPC/1973 (art. 612 do CPC/2015), os quais são claros no sentido de que questões que dependam da produção de outras provas, que não as documentais, devem ser encaminhadas às vias ordinárias" (e-STJ fl. 165).

Assim, não incorreu em omissão.

Observe-se que "não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte" (EDcl no AgRg no AREsp n. 771.188/MT, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/3/2017, DJe 4/4/2017).

Quanto ao mérito da decisão, que determinou o julgamento pelo rito ordinário, cumpre observar que "Saber se a documentação acostada aos autos é suficiente para decidir questão de fato surgida em inventário implica reexame de prova que não pode ser feito em sede de recurso especial" (REsp n. 172.839/SP, Relator Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/2/2000, DJ 3/4/2000, p. 146). Aplicação da Súmula n. 7 do STJ.

Ademais, conforme a redação do art. 612 do CPC/2015, "O juiz decidirá todas as questões de direito desde que os fatos relevantes estejam provados por documento, só remetendo para as vias ordinárias as questões que dependerem de outras provas" – grifei. Desse modo, observa-se que o juízo em que tramita o inventário não será competente para decidir as questões que lhe são submetidas quando os fatos relevantes dependerem de outras provas (que não estejam no processo de inventário).

Nesse sentido, entende o STJ que as "Questões de alta indagação são as que demandam a produção de provas que não estão nos autos do inventário, e, por exigirem ampla cognição para serem apuradas e solucionadas, devem ser decididas em ação própria, nas vias ordinárias. (CPC/1973, art. 984 e CPC/2015, art. 612)" (AgInt no REsp n. 1.359.060/RJ, Relatora para Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/6/2018, DJe 1º/8/2018).

Assim, ao concluir que, em decorrência da necessidade de realização de perícia judicial para fixação do valor devido a título de aluguéis a serem pago por co-herdeiro que utiliza o imóvel de forma exclusiva, o julgamento deveria seguir a via ordinária, a Corte local julgou em conformidade com a jurisprudência do STJ.

Incide também a Súmula n. 83 do STJ, aplicável aos recursos interpostos com base tanto na alínea "c" quanto na alínea "a" do permissivo constitucional.

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator